

O Pagamento da Dívida Pública

Auditoria Cidadã da Dívida - 2003

De janeiro a setembro de 2003, o governo federal, os estados e municípios "economizaram" R\$ 57 bilhões para pagar a dívida pública interna, o que significou 5,08% do PIB (até mais que os 4,25% impostos pelo FMI). Como sempre, isso não foi suficiente para pagar nem mesmo os juros dessa dívida, que atingiram R\$ 113,9 bilhões, o que correspondeu a 10,14% do PIB.

Se observarmos especificamente o orçamento federal de 2003, veremos que, enquanto foram destinados R\$ 145 bilhões para o pagamento das dívidas externa e interna, apenas R\$ 81,3 bilhões serão destinados à soma dos gastos com Segurança Pública, Assistência Social, Saúde, Educação, Cultura, Urbanismo, Habitação, Saneamento, Gestão Ambiental, Ciência e Tecnologia, Agricultura, Organização Agrária, Energia e Transporte. Quando consideramos o gasto já realizado de janeiro a setembro, vemos que foram destinados à dívida mais de R\$ 76 bi, quase o dobro dos R\$ 40 bilhões gastos com todas estas áreas sociais. Além disto, gastos fundamentais estão sendo relegados a segundo plano, como urbanismo, habitação e saneamento, onde foram consumidos menos de 5% do programado para o ano. Não sobrou quase nada para os investimentos: apenas 6% dos parcos R\$ 14 bilhões foram efetivamente aplicados nos 8 primeiros meses do ano.

E a dívida diminuiu por causa deste enorme sacrifício imposto à sociedade? Não. A Dívida Líquida do Setor Público passou de 56,5% do PIB, em dezembro de 2002, para 57,7% em setembro de 2003.

Governo continua pagando e a dívida externa não pára de crescer

Enquanto isto, a dívida externa continua subindo, devido aos 3 primeiros saques do acordo com o FMI (que totalizaram US\$ 14,3 bilhões). A Dívida, que era de US\$ 227,7 bilhões em dezembro de 2002, atingiu em julho (segundo a última informação do governo) a cifra de US\$ 235,5 bilhões. Nos primeiros nove meses de 2003, do tão comemorado saldo comercial recorde (de US\$ 17,8 bilhões), US\$ 16 bilhões foram gastos para pagarmos os juros desta dívida (US\$ 8,9 bilhões), as remessas de lucros das multinacionais aqui instaladas (US\$ 3,5 bilhões), e os serviços contratados do exterior (US\$ 3,7 bi). Ou seja, continuamos a drenar as riquezas do país para o exterior, sob o pretexto de pagarmos os juros de uma dívida que já pagamos.

Porém, a conta de capitais (que inclui a tomada de empréstimos, amortizações e a entrada de investimentos no país) mostra nossa vulnerabilidade. São US\$ 30 bilhões de amortizações todo ano, o que nos obriga, permanentemente, a depender de novos empréstimos para pagar as dívidas anteriores. Se analisarmos como essa conta se comportou até setembro, veremos que ela somente fechou positiva nesses 9 meses devido ao empréstimo de US\$ 17,6 bilhões do FMI este ano. Nesse período, a entrada de investimentos diretos foi de apenas US\$ 6,2 bi, bem menos do que o observado no mesmo período do ano passado (US\$ 10,3 bi), o que nos deixa dependentes do capital especulativo.

Além do mais, todos estes US\$ 17,6 bilhões emprestados do FMI deverão ser devolvidos até 2007. A fim de garantir a continuidade dos pagamentos aos credores e ao próprio Fundo, o governo optou por renovar o acordo com o FMI. Nessa linha, as reformas anti-sociais tem sido cada vez mais aprofundadas pelo governo.

As Reformas da Previdência e Tributária

Duas grandes marchas de dezenas de milhares de pessoas a Brasília não impediram que o governo continuasse trabalhando pesadamente para a aprovação da Emenda Constitucional da reforma da previdência. O projeto que privatiza a previdência dos servidores públicos foi votado na Câmara em agosto, em meio a denúncias de compra de votos de parlamentares e oferta de verbas e cargos, expediente inaceitável sob todos os aspectos, especialmente sob o prisma ético. Manobra nunca vista vem sendo utilizada mediante a apresentação de uma “PEC Paralela”, medida claramente inconstitucional que desrespeita o poder legislativo.

Quanto à reforma tributária, o governo vem conseguindo garantir a aprovação da prorrogação da exigência de CPMF e a manutenção da DRU, que se prestam a garantir a continuidade de produção dos elevados superávits primários para o pagamento dos juros da dívida.

A Nova Lei de Falências

No dia 15 de outubro, foi aprovada a nova Lei de Falências (PL-4376/93) na Câmara dos Deputados, que coloca os créditos tributários em igualdade de condições com os créditos devidos a emprestadores que exigiram garantias (geralmente bancos). Essa alteração - imposta pelo FMI - é muito grave, pois coloca o interesse privado acima do interesse público. O credor mais importante é a coletividade, na forma do pagamento de impostos, e não o setor financeiro privado, como indica o novo texto legal. O PL-4376/93 também prejudica o recebimento dos créditos trabalhistas, ao garantir a prioridade absoluta para o pagamento dos “adiantamentos de contratos de câmbio”, que são empréstimos concedidos a empresas exportadoras, geralmente, também, por instituições financeiras. O projeto agora segue para o Senado.

Resultados

Após 9 meses, a renda dos salários está 14% menor, e o desemprego 12% maior em relação ao mesmo período do ano passado, enquanto os banqueiros nacionais aumentaram seus lucros em 45% no primeiro semestre, em comparação ao mesmo período de 2002 (segundo o próprio Banco Central).

Como vemos, o governo – e o FMI - não estão brincando em serviço. Caso não nos mobilizemos agora para impedir as reformas, haverá um retrocesso sem precedentes na luta histórica dos trabalhadores pelos seus direitos. Infelizmente, as conquistas mais importantes dos trabalhadores nas últimas décadas, conseguidas após muita luta, estão sendo desprezadas pelo governo que tanto lutamos para eleger.

Governo Federal - Relatório Resumido da Execução Orçamentária – Jan. a Set. de 2003

Itens Selecionados	Programados para o ano	Realizado até Setembro	% Realizado
Segurança Pública	2.782.103	1.343.853	48,30
Assistência Social	9.300.997	5.239.759	56,34
Saúde	27.785.886	17.879.308	64,35
Educação	14.519.866	8.391.898	57,80
Cultura	348.555	103.080	29,57
Urbanismo	909.786	37.047	4,07
Habitação	298.259	5.302	1,78
Saneamento	225.233	3.552	1,58
Gestão Ambiental	2.337.004	354.336	15,16
Ciência e Tecnologia	2.093.428	960.837	45,90
Agricultura	8.996.564	3.354.683	37,29
Organização Agrária	1.599.299	361.012	22,57
Energia	4.438.639	1.101.783	24,82
Transporte	5.719.045	917.053	16,04
TOTAL DOS GASTOS SOCIAIS	81.354.664	40.053.503	49,23

SERVIÇO DA DÍVIDA	144.742.151	76.697.495	52,99
--------------------------	--------------------	-------------------	--------------

Serviço da Dívida Interna	110.787.686	58.855.513	53,12
---------------------------	-------------	------------	-------

Serviço da Dívida Externa	33.954.465	17.841.982	52,55
---------------------------	------------	------------	-------

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária do Governo Federal e Outros Demonstrativos -